

GRUPO energisa 120

Demonstrações Financeiras 2024

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 07.282.377/0001-20

RESULTADOS 2024

Presidente Prudente, 18 de março de 2025 – A Administração da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resumo-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receta operacional líquida	622,6	605,5	+2,8	2.350,7	2.242,3	+4,8
Receta operacional líquida, sem receita de construção (1)	562,9	531,1	+6,0	2.086,9	1.987,0	+5,0
Margem bruta	150,0	184,9	-18,9	633,3	676,6	-6,4
Margem bruta ajustada (2)	146,2	182,8	-20,0	621,3	668,3	-7,0
EBITDA ajustado recorrente (3)	99,9	105,8	-5,6	360,6	391,2	-7,8
Resultado financeiro	(22,4)	(44,8)	-49,9	(101,7)	(114,8)	-11,4
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	29,1	25,2	+15,5	109,9	133,1	-17,4
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	884,6	871,0	+1,3	884,6	871,0	+1,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	827,8	874,7	-5,4	3.274,1	3.152,7	+3,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) (5)	1.264,8	1.261,5	+0,3	4.937,6	4.624,1	+6,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente / Receita líquida (%)	16,1	17,5	-1,4 p.p.	15,3	17,4	-2,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2024			31/12/2023		Var. %
Ativo total	3.245,0			2.927,7		+10,8
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	436,9			244,0		+79,1
Patrimônio líquido	608,4			597,0		+1,9
Endividamento líquido	1.273,2			1.133,2		+12,4

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes | (5) Os dados são passíveis de contabilização de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 6,0% (R\$ 31,8 milhões) totalizando R\$ 562,9 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional por segmento (R\$ milhões)						
(a) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	632,1	710,0	-11,0	2.563,8	2.398,5	+6,9
Residencial	348,6	377,0	-7,5	1.378,0	1.227,4	+12,3
Industrial	33,4	46,9	-28,7	157,6	179,0	-11,9
Comercial	126,7	148,3	-14,5	520,1	514,8	+1,0
Rural	48,8	54,8	-10,8	212,7	191,4	+11,1
Outras classes	74,6	83,0	-10,1	295,3	285,9	+3,3
(b) Suprimento de energia elétrica	2,7	(1,6)	-	17,6	25,5	-31,1
(c) Fornecimento não faturado líquido	15,2	17,1	-11,1	(9,5)	33,0	-
(d) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	109,4	111,0	-1,4	446,2	420,5	+6,1
(e) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	-19,9	263,8	255,4	+3,3
(f) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	21,1	(43,4)	-	3,9	22,4	-82,6
(g) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	53,0	42,0	+26,3	192,0	139,7	+37,4
(h) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+81,0	11,9	8,3	+43,6
(i) Outras receitas	15,3	8,6	+76,6	58,0	60,3	-3,9
(j) Receita operacional bruta	912,3	920,3	-0,9	3.547,7	3.363,6	+5,5
(k) Impostos sobre vendas	195,6	206,4	-5,2	770,8	709,7	+8,6
(l) Encargos setoriais	94,2	108,4	-13,1	426,3	411,6	+3,6
(m) Receita operacional líquida	622,6	605,5	+2,8	2.350,7	2.242,3	+4,8
(n) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	-19,9	263,8	255,4	+3,3
(o) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	562,9	531,1	+6,0	2.086,9	1.987,0	+5,0

3.1. Margem bruta

No 4T24, a margem bruta alcançou R\$ 150,0 milhões, 18,9% menor do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 146,2 milhões, crescimento de 6,6% em relação ao 4T23.

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Margem bruta em R\$ milhões						
Receta operacional líquida	622,6	605,5	+2,8	2.350,7	2.242,3	+4,8
(1) Custo de construção de infraestrutura	59,7	74,4	-19,9	263,8	255,4	+3,3
(2) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	562,9	531,1	+6,0	2.086,9	1.987,0	+5,0
(3) Custos e despesas não controláveis	412,9	346,2	+19,3	1.453,6	1.310,4	+10,9
Energia elétrica comprada para revenda	312,3	236,6	+30,9	1.030,7	906,6	+13,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	-6,5	422,8	403,8	+4,7
(4) Margem bruta	150,0	184,9	-18,9	633,3	676,6	-6,4
(5) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+81,0	11,9	8,3	+43,6
(6) Provisão de efeitos de geração distribuída	48,6	-	-	48,6	-	-
(7) Margem bruta ajustada	146,2	182,8	-20,0	621,3	668,3	-7,0

No comparativo entre os trimestres, as variações da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

(i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 11,0% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de 5,4% além do efeito tarifa de 5,8%, devido ao reajuste tarifário em julho de 2024. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pela retração nas classes industrial (-25,6%), comercial (-11,5%) e rural (-4,4%), além da migração de consumidores desses segmentos para o mercado livre de energia. Adicionalmente, parte do aumento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções. Essa queda foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento das bandeiras tarifárias, com a bandeira vermelha - patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre.

(ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, a redução de 1,4%, foi motivado pelo efeito médio de -5,8% que foi compensado em parte pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre.

(iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 26,3% (+R\$ 11,0 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 8,6 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 3,0 milhões.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.265 GWh, registrando alta de 0,3% em relação ao ano anterior - maior taxa em 14 anos. A alta só não foi maior porque, no 4T23, o mercado havia registrado a maior alta em 21 anos (11,7%).

Entre as classes, as principais altas partiram da industrial (+4,3%), sobretudo a produção de peças para veículos, papel e borracha e material plástico. Rural também apresentou aumento no consumo (+1,9%), com destaque para agropecuária e produtores de ovos. Por sua vez, a classe residencial recuou 0,7%, em meio a um cenário climático menos extremo que no 4T23, no qual o consumo das residências havia crescido a uma taxa recorde, de 19,7%, em meio a recortes de temperaturas e ondas de calor.

No acumulado de 2024, o mercado avançou 6,8%, registrando a maior taxa em 19 anos. As principais classes avançaram, principalmente a residencial, industrial e comercial.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial						
Residencial	458,4	461,7	-0,7	1.761,8	1.604,2	+9,8
Comercial	148,1	167,3	-11,5	592,2	614,0	-3,5
Industrial	37,5	50,4	-25,6	175,4	211,5	-17,1
Rural	70,6	73,8	-4,4	302,9	276,4	+9,6
Outros	113,2	121,5	-6,8	441,8	446,6	-1,1
1 Mercado Cativo	827,8	874,7	-5,4	3.274,1	3.152,7	+3,9
Comercial						
Residencial	76,4	63,5	+20,5	269,4	217,3	+24,0
Industrial	336,3	308,1	+9,2	1.307,3	1.203,9	+8,6
Rural	14,2	9,4	+51,7	48,0	26,0	+84,5
Outros	10,0	5,8	+71,1	38,7	24,1	+60,5
2 Mercado (TUSD)	436,9	386,7	+13,0	1.663,5	1.471,4	+13,1
Residencial						
Residencial	458,4	461,7	-0,7	1.761,8	1.604,2	+9,8
Comercial	224,5	230,8	-2,7	861,7	831,3	+3,6
Industrial	373,9	358,5	+4,3	1.482,7	1.415,4	+4,8
Rural	84,8	83,2	+1,9	350,9	302,4	+16,0
Outros	123,2	127,3	-3,2	480,6	470,7	+2,1
3 Mercado Total (1+2)	1.264,8	1.261,5	+0,3	4.937,6	4.624,1	+6,8
Fornecimento não faturado	22,4	20,8	+8,0	3,3	31,3	-89,4
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	1.287,2	1.282,2	+0,4	4.941,0	4.655,4	+6,1

Nota: Os dados são passíveis de contabilização de energia realizadas pela CCEE.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/boletim-mensal/>.

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A ESS encerrou o ano com um índice de perda total de 5,88%, apresentando uma redução de 0,20 pp em relação às perdas registradas no 4T24 e aumento de 0,08 pp em comparação ao ano passado. As perdas totais permanecem abaixo do referencial regulatório, com margem favorável de 0,82 pp.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Perdas Técnicas (%)	dez/23		dez/24		ANEEL
	set/24	dez/24	set/24	dez/24	
6,30	6,19	6,13	0,35	-0,01	-0,15
					6,65
					6,18
					5,98
					6,80

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPCLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)				
dez/24	dez/23	Variação em p.p.		
0,31	0,23	+0,08		

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)				
dez/24	dez/23	Variação em p.p.		
99,02	98,85	+0,17		

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia registrou no trimestre uma redução de 0,15 horas no DEC e uma redução de 0,14 vezes no FEC em relação ao mesmo período de 2024.

dez/24	DEC (horas)		dez/24	FEC (vezes)		Limite DEC	Limite FEC
	dez/23	Var.(%)		dez/23	Var.(%)		
5,15	5,30	-2,8	2,88	3,02	-4,6	6,73	5,59

A ANEEL, por meio do ofício nº 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradativamente o percentual mínimo aceitável. A ESS já está cumprindo o percentual de 80% previsto pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 529,3 milhões no 4T24, aumento de 17,4% (R\$ 78,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R\$ 412,9 milhões no 4T24, aumento de 19,3% na comparação com o ano anterior, devido principalmente do reconhecimento do montante de R\$ 46,0 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não provisão e baixa de ativos referentes a geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisão mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 10,5 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 7,9 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 2,6 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R\$ 64,3 milhões no 4T23, aumento de 21,5% na comparação com o mesmo período de 2024. A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Composição dos custos e despesas operacionais						
Valores em R\$ milhões						
1 Custos e despesas não controláveis	412,9	346,2	+19,3	1.453,6	1.310,4	+10,9
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	312,3	236,6	+30,9	1.030,7	906,6	+13,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	-6,5	422,8	403,8	+4,7
2 Custos e despesas controláveis	84,8	75,5	+12,3	282,8	251,1	+9,1
2.1 PMSO	78,1	72,1	+8,2	264,2	246,3	+7,3
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	34,7	32,3	+7,6	116,8	102,8	+13,6
2.1.2 Material	6,4	5,6	+14,7	22,0	21,4	+2,9
2.1.3 Serviços de terceiros	31,9	28,8	+10,9	109,3	104,6	+4,5
2.1.4 Outras	5,0	5,5	-8,5	16,2	17,6	-7,9
Penalidades contratuais e regulatórias	-	0,5	-	0,0	0,9	-98,1
Outros	5,0	5,0	+1,2	16,2	16,6	-2,9
2.2 Provisões/Reversões	6,7	3,4	+97,9	18,5</		

GRUPO energisa12

desse compromisso, incentivando a educação e a economia de energia em comunidades na área de concessão. Em 2024, o projeto possibilitou a substituição de 23 mil lâmpadas LED, 140 geladeiras, promovendo maior eficiência e redução do consumo. As iniciativas adotadas pela Companhia não só geraram redução de custos, mas também impulsionou o uso consciente da energia e ajudou na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, reforçando o compromisso da Energisa com a sustentabilidade e o futuro do planeta. **Iniciativas socioambientais:** No âmbito socioambiental, a Energisa Sul-Sudeste se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis. Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de avançar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas. **Sustentabilidade na cadeia de fornecedores:** Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros. Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergia, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.282.377/0001-20

dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros. A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e estabelecendo os processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando subestabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado. Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024

Em 31 de dezembro de 2024

	2024			2023		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)	2.350.700			2.242.323		
Resultado operacional (RO)	139.117			209.178		
Folha de pagamento bruta (FPB)	109.766			95.162		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	17.946	16,35%	0,76%	15.876	16,68%	0,71%
Encargos sociais compulsórios	15.150	13,80%	0,64%	12.650	13,29%	0,56%
Previdência privada	3.600	3,28%	0,15%	1.970	2,07%	0,09%
Saúde	544	0,50%	0,02%	11.905	12,51%	0,53%
Segurança e saúde no trabalho	5.516	5,03%	0,23%	2.062	2,17%	0,09%
Educação	159	0,14%	0,01%	147	0,15%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	976	0,89%	0,04%	938	0,99%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	133	0,12%	0,01%	78	0,08%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	16.860	15,36%	0,72%	10.008	10,52%	0,45%
Outros	4.006	3,65%	0,17%	2.865	3,01%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	64.890	59,12%	2,75%	58.499	61,47%	2,61%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RL	% sobre RL	Valor	% sobre RL	% sobre RL
Educação	251	0,15%	0,01%	197	0,09%	0,01%
Cultura	881	0,51%	0,04%	524	0,25%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	297	0,17%	0,01%	198	0,09%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.429	0,83%	0,06%	919	0,43%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	646.394	374,20%	27,50%	1.077.129	514,93%	48,04%
Total - Indicadores sociais externos	647.823	375,03%	27,56%	1.078.048	515,36%	48,08%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	22.772	13,18%	0,97%	19.123	9,14%	0,85%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	3.800	1,82%	0,17%
Total dos investimentos em meio ambiente	22.772	13,18%	0,97%	22.923	10,96%	1,02%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2024		Metas 2025	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		16,69		16,69	
Número total de acidentes de trabalho		1		1	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) () direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) gerências (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT				
A previdência privada contempla:	(X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as) (X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as) (X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados () serão sugeridos (X) serão exigidos () não serão considerados () serão sugeridos (X) serão exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá (X) apoiará () organizará e incentivará () não se envolverá (X) apoiará () organizará e incentivará				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 244.719 no Procon 385 na Justiça 1.412 na empresa 244.719 no Procon 320 na Justiça 1.256				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100% no Procon 100% na Justiça 56%			na empresa 100% no Procon 100% na Justiça 61%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2024: 1.532.791		Em 2023: 1.535.560	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		69% governo 6% colaboradores(as) 10% acionistas 14% terceiros 1% retido		71% governo 6% colaboradores(as) 4% acionistas 14% terceiros 5% retido	
7 - Outras Informações					
7) Investimentos sociais					
7.1 - Programa Luz para Todos		-		-	
7.1.1 - Investimento da União		-		-	
7.1.2 - Investimento do Estado		-		-	
7.1.3 - Investimento do Município		-		-	
7.1.4 - Investimento da Concessionária		-		-	
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-		-	
7.2 - Programa de eficiência Energética		4.088		4.311	
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		1.133		403	
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		5.221		4.714	

BALANÇO PATRIMÔNIAL

Em 31 de dezembro de 2024

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	31.845	69.656	Fornecedores	17	247.332	264.641
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	405.102	174.377	Empréstimos e financiamentos	18	19.360	42.828
Consumidores e concessionárias	6	309.742	352.742	Debitados	18	91.556	219.193
Títulos de créditos a receber		1.750	2.394	Impostos e contribuições sociais	20	61.319	71.424
Estoques		6.339	7.050	Obrigações estimadas		10.445	9.273
Tributos a recuperar	7	184.034	186.580	Dividendos e Juros sobre capital próprio		214	380
Ativos financeiros setoriais	9	4.959	43.131	Encargos do consumidor a receber		13.227	13.227
Instrumentos financeiros derivativos	32	8.315	32.005	Contribuição de Iluminação Pública		110.626	109.005
Outros créditos	10	89.924	71.507	Encargos setoriais	22.1	20.331	31.796
Total do circulante		1.042.010	939.442	Passivos financeiros setoriais	9	115.868	81.953
Realizável a longo prazo				Instrumentos financeiros derivativos	32	33.695	34.220
Consumidores e concessionárias	6	19.748	73.525	Arendamentos operacionais	33	3.098	4.115
Tributos a recuperar	7	330.224	303.461	Incorporação de redes	22.2	204	255
Créditos tributários	12	39.919	49.499	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	6.987	48.573
Depósitos judiciais	23	114.620	105.404	Outras contas a pagar	24	42.865	23.064
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	291.687	217.816	Total do circulante		789.268	964.661
Ativos financeiros setoriais	9	5.584	-	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	32	62.518	29.603	Fornecedores	17	9.340	7.232
Outros créditos	10	26.708	25.967	Empréstimos e financiamentos	18	733.815	392.423
Total do não circulante		890.280	805.275	Debitados	18	708.855	574.087
Investimento contratual - Infraestrutura em construção	14	90.318	83.924	Impostos e contribuições sociais	20	78.778	123.254
Investimentos		582	580	Impostos e contribuições sociais diferidos	9	5.017	8.797
Imobilizado	15	26.998	25.408	Passivos financeiros setoriais	9	5.017	8.797
Intangível	16	1.194.805	1.073.109	Encargos setoriais	22.1	18.514	13.126
Total do não circulante		2.202.983	1.988.296	Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórios	22.1	16.222	15.051
Total do ativo		3.244.993	2.927.738	Benefícios pós-emprego	33	20.546	31.227
				Arendamentos operacionais		1.294	527
				Instrumentos financeiros derivativos	32	-	2.160
				Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	220.596	197.322
				Outros Passivos	24	34.324	847
				Total do não circulante		1.847.305	1.366.053
				Patrimônio líquido			
				Capital social realizado	25.1	534.717	534.717
				Reservas de capital	25.2	1.838	1.856
				Reservas de lucros	25.3	78.537	12.663
				Dividendos adicionais propostos	25.4	-	64.837
				Outros resultados abrangentes	25.5	(6.672)	(17.049)
				Total do patrimônio líquido		608.420	597.024
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.244.993	2.927.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Saldos em 01 de janeiro de 2023	Reserva de lucros		Reserva de Capital	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Nota	Capital social								
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	534.717	1.362	5.732	-	-	13.091	-	(13.686)	541.216
Programa de remuneração variável (LP)	25.2	-	494	-	-	-	(13.091)	-	-	494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	138.628	-	138.628
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	25.3	-	-	6.931	-	-	-	(6.931)	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	-	-	-	(66.860)	-	(66.860)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.4	-	-	-	-	-	-	(64.837)	-	(64.837)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	-	-	(5.096)	(5.096)	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	-	-	1.733	1.733	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		534.717	1.856	12.663	-	-	64.837	-	(17.049)	597.024
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.837)
Programa de remuneração variável (LP)	25.2	-	(18)	-	-	-	-	-	-	(18)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	252	-	252
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	147.814	-	147.814
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	25.3	-	-	7.391	-	-	-	(7.391)	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	-	-	-	(82.192)	-	(82.192)
Reserva de retenção de lucros	25.4	-	-	-	58.483	-	-	(58.483)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	-	-	15.752	15.752	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	-	-	(5.375)	(5.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		534.717	1.838	20.054	58.483	-	-	(6.672)	608.420	1.202.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GRUPO energisa

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.282.377/0001-20

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Políticas contábeis materiais:** a) **Caixa e equivalentes de caixa** e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Consumidores e concessionárias:** inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica tarifada e não tarifada, esta última aplicada por estimativa, redução por regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e a melhor expectativa da Administração; **c. Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza dessas atividades; **d. Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de impostos de renda e contribuições financeiras sobre o CPMI sobre aquisições de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetivadas a maior, que serão recuperadas ou compensadas com apurções de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais:** referem-se a ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e os outros componentes financeiros que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **g. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de impostos e contribuições social corrente:** os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é contabilizado com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Cada item é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares fixados estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O IIRPJ e o CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e os correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IIRPJ e CSLL. Os ativos e passivos diferidos são reconhecidos e mensurados no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributárias futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Conforme orientações do ICR 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício; **h. Ativos e passivos de longo prazo:** **concessão:** corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da interpretação Técnica CPC 01 (IFRS 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão, a infraestrutura de infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Disponível e não amortizado em investimentos realizados e a parcela estimada de reversão ao final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BIR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o custo de substituição de um ativo financeiro por um ativo financeiro de mesma natureza, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glossa baseada na experiência da Administração e no histórico de glossas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a reversão do ativo financeiro em função da concessão no grau de incerteza sobre a recuperação dos custos e da propriedade do modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do CPC 05 – Contrato de Concessão; **I. Ativo contratual – Infraestrutura em construção:** é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível – contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo Financeiro Indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável. O ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ou custo de financiamento da infraestrutura, apropriados, quando aplicável, a determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20; **J. Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo é o custo de aquisição de bens contábeis. O custo de aquisição de um ativo é o custo de obra direta; **K. Qualquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;** e **L. Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão imobilizados;** e **Custos de preparação sobre ativos qualificáveis** (quando partes de um item do imobilizado têm diferentes usos, o item é registrado como itens individuais, considerando os princípios de estabilização. Ganhos e perdas na amortização sobre o item do imobilizado (apagados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada. **Depreciação:** itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado no custo de aquisição, menos o valor recuperável estimado ao final da vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método de custo de aquisição para determinar o valor de cada parcela de software. Os ativos financeiros relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados a medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, ou seja, o direito de cobrar o valor de venda ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas, atenuação de prazo ou uma mudança de valor das parcelas de software. Os ativos financeiros relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispôs a obrigação de garantir a reversão no caso de desvinculação de bens contábeis. Os custos de aquisição de ativos de software são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos; **L. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos possam sofrer redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável de unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. A reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **Ativos intangíveis:** ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível de unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) **Recetas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta de bens e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios finais em 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **m. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício. **Juros e encargos financeiros** – são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório; **n. Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos que ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão consolidados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros; **o. Dividendos:** os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **p. Receita operacional:** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica tarifada e não tarifada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos

sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados. A receita de fornecimento de energia elétrica tarifada e não tarifada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não tarifada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são realizadas em regime de competência de acordo com intencionalidades divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvencões governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios os quais a Companhia reconhece como receita os seguros concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários; **q. Cobertura de Seguros:** a política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos decorrentes por eventuais sinistro em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civimente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes; **r. Instrumentos financeiros e operações de hedge: Ativos financeiros:** reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial e mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequentemente: para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento do desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que, se os instrumentos, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação de ganhos e perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por <i>perdas por impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em momento inicial de um investimento em um instrumento de dívida em uma modalidade que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto, ou se o objetivo é a duração de passivos relacionados aos saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira pela qual os riscos são gerenciados; (iv) a natureza dos negócios e as etapas de operação – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, desde que a Companhia não tenha a intenção de desreconhecer os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais** são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e os juros são mensurados como o comprometimento pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variável; o pré-pagamento; e a prorrogação do prazo de validade do instrumento. A Companhia avalia os fluxos de caixa em ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas - Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3; Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Nota explicativa nº 32. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em todos os momentos de avaliação de ativos. **Redução de detidos pelo valor justo por meio do resultado.** As perdas de crédito esperadas baseiam-se no diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa de venda de garantias detidas ou outros melhorias de crédito (como a redução de perdas de créditos) e perdas de crédito esperadas e reconhecidas em etapas sucessivas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia realiza duas sensibilidade: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, empréstimos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração:** os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. **Mensuração subsequentemente:** a mensuração de passivos financeiros é como segue:

	Classificação e Mensuração		Saldo a vencer				Saldo vencidos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPCLD ⁽¹⁾	2024	2023	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recebimento de caixa ou para pagamento de caixa. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.										
Passivos financeiros ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Mensuração subsequentemente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:										
Valores correntes:										
Industrial	50.867	-	35.132	1.997	165	272	3.026	85.397	99.886	
Comercial	13.802	-	2.156	158	350	3.082	3.089	16.459	21.411	
Rural	21.686	-	6.596	704	203	1.274	(1.517)	28.946	37.694	
Poder público	8.004	-	2.835	233	266	371	(379)	11.330	14.884	
Iluminação pública	5.267	-	66	-	-	46	(46)	5.333	6.771	
Serviço público	8.505	-	83	-	-	27	(27)	8.588	9.781	
Suprimento de energia ⁽²⁾	14.154	-	-	-	-	-	(375)	108.243	132.592	
(-) Arrecadação em processo de classificação	(461)	-	-	-	-	-	-	(461)	(6.977)	
Valores renegociados:										
Residencial	1.749	2.659	1.394	557	512	3.180	(4.682)	5.369	6.670	
Industrial	237	302	34	227	64	1.065	-	654	629	
Comercial	499	3.275	373	152	147	1.942	(2.504)	3.884	3.176	
Rural	308	477	169	41	52	160	(369)	838	833	
Poder público	62	10	-	-	-	9	(9)	24	195	
Serviço público	(5)	-	-	-	-	-	-	155	20	
(-) Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	(6)	(1.034)	-	-	-	-	-	(1.089)	(1.066)	
Subtotal – consumidores	227.022	5.786	49.329	3.878	1.760	11.430	(17.240)	281.965	336.893	
Outros ⁽³⁾	16.317	-	-	-	-	818	(452)	16.683	88.949	
Total	257.493	5.786	49.329	3.878	1.760	28.936	(17.692)	329.490	426.267	
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	309.742	352.742	
Non circulante	-	-	-	-	-	-	-	19.748	73.525	

(1) Ajuste a valor presente (AVP): calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;

(2) Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;

quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação dos custos de dívida de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais aderem requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como hedge de valor justo. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, documenta se o instrumento de hedge usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade - Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge - O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica - O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: Para os hedges de valor justo a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um valor justo não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequentemente no preço do compromisso firme atribuído ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 32, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente; **3. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós-emprego:** A Companhia patrocina fundos de pensão pós-emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde). Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontados ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de qualquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual o benefício tem expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: Para os hedges de valor justo a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um valor justo não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequentemente no preço do compromisso firme atribuído ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 32, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente; **3. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós-emprego:** A Companhia patrocina fundos de pensão pós-emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde). Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontados ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de qualquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual o benefício tem expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: Para os hedges de valor justo a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 07.282.377/0001-20

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Alíquota efetiva		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	139.117	209.178
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(47.300)	(71.121)
Ajustes:		
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	2.115	2.268
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	4.426	1.968
Créditos referentes a créditos tributários ⁽³⁾	47.921	-
Juros Selic sobre débitos tributários ⁽⁴⁾	4.804	-
Despesas inadotáveis (doações, brindes, multas etc.)	(1.627)	(3.665)
Outros	1.358	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8.997	(70.550)
Alíquota efetiva	6,25%	33,73%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005; ⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como IPTU (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e projetos desportivos, Lei nº 11.438/2006; ⁽³⁾ Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSL sobre juros Selic sobre débitos tributários a Companhia até o ano-calendário de 2023 optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo de IRPJ) e da CSL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de débitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo). Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre débitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

13. ATIVO FINANCEIRO INDEZENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da interpretação Técnica LPC 01 (IFIRC 12) que trata de contratos de concessão e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$11.943 (R\$8.319 em 2023). Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2024	2023
Ativo financeiro valor justo		
Saldo em 2022 e 2023	217.814	165.812
Adições no exercício ⁽¹⁾	62.122	43.771
Baixas no exercício	(194)	(86)
Receta de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	11.943	8.319
Saldo em 2024 e 2023	291.687	217.812

⁽¹⁾ Referem-se às transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção; ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados em 2023 classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Saldos em 2023	Transferências		Saldos em 2024
		Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	
Ativo contratual – infraestrutura em construção				
Em construção	139.885	416.630	517	142.605
(+) Obrigações vinculadas à Concessão	55.061	149.152	(130.031)	52.387
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	83.924	267.478	(62.122)	90.318

	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
		Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	
Ativo contratual – infraestrutura em construção				
Em construção	124.517	294.546	(232.322)	139.885
(+) Obrigações vinculadas à Concessão	52.488	29.652	(23.094)	55.961
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	72.029	264.894	(209.228)	83.924

⁽¹⁾ O montante de R\$ 198.128 (R\$209.228 em 2023) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão, enquanto o montante negativo de (R\$ 834) foi reclassificado para o Imobilizado.

15. IMOBILIZADO

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2023	Transferências		Saldos em 2024
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	12.938	-	1.142	-
Máquinas e Equipamentos	12,05%	25.356	-	4.001	(3)
Veículos	14,29%	867	-	978	(254)
Móveis e Utensílios	6,25%	7.924	-	8.441	-
Total do imobilizado em serviço		47.085		6.638	(257)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(868)	-	-	(444)
Máquinas e Equipamentos		(128)	-	1	(1.708)
Veículos		(6.438)	-	91	(1.766)
Móveis e Utensílios		(25.526)	-	-	(161)
Total depreciação acumulada		(25.526)		92	(2.479)
Subtotal Imobilizado		21.559		6.638	(165)
Imobilizado em curso		3.849	3.400	(5.804)	1.445
Total do Imobilizado		25.408	3.400	834	(2.479)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias		(478)	-	-	(390)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	(79)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	(1.137)
Total depreciação acumulada		(23.405)			(2.121)
Subtotal Imobilizado		18.185		5.525	(30)
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	3.849
Total do Imobilizado		21.323	6.236		(2.121)

⁽¹⁾ O montante de R\$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Transferências		Saldos em 2023
			Adição	Baixas Depreciação	
Imobilizado em Serviço					
Custo					
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	10.738	-	2.200	-
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)
Veículos	14,29%	250	-	617	-
Móveis e Utensílios	6,25%	7.198	-	1.86	-
Total do imobilizado em serviço		41.590		5.525	(30)
Depreciação acumulada					

>>>



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 07.282.377/0001-20

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Valor
2024	58.247
2026	71.373
2028	21.510
2029	189.591
Após 2029	368.137
Total	708.858

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

2024	2023	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ^{(1) a (3)}	105.105	157.153
Encargos Sociais	8.353	7.870
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	14.817	13.854
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.424	1.424
Contribuições ao PIS e a COFINS	6.828	10.470
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	430	400
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.346	1.275
Impostos e contribuições retidos	1.346	1.275
Total	140.097	194.678
Circulante	109.319	142.424
Não circulante	30.778	123.254

⁽¹⁾ Inclui: (i) R\$578.009 (R\$68.586 em 2023) referente às discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; ⁽²⁾ ICMS incidente sobre a TUSD; ⁽³⁾ vide nota explicativa nº 13.

21. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e a COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69) - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e a COFINS", consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como data de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN/ME, que dispôs de Procuradores a reconhecer e contestar quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69. Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, decisão favorável ao CFLO, EBR, ENA EAS, empresas incorporadas em 2017, o processo da EDPV (incorporadas em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconhecido em 2021, o montante de R\$41.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente à aplicação da jurisprudência da taxa Sell sobre o ativo reconhecido, mesmo que uma de suas ações ainda não tenha transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulamentares do setor elétrico. O Presidente da Diretoria em 27 de junho de 2022 e Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica. O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em provento dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou comissão dos valores objeto de repatriação de indústrias e distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da base de cálculo do PIS e COFINS. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser resarcido em favor da distribuidora de energia elétrica detentoras dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a captação de recursos para o pagamento de tais créditos. A Administração da Companhia, amparada na Receita Federal do Brasil - RFB. A destinação dar-se-á em processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a RFB. O resumo dos impactos são como segue:

2024	2023	
Saldo em 2023 e 2022 - passivo não circulante	245.895	364.503
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	15.593	27.940
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.387)	(6.628)
Transfêrencia passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	(33.277)	(145.161)
Saldo em 2024 e 2023 - passivo não circulante	227.583	245.895
Circulante	6.987	48.573
Não Circulante	220.596	197.322

22. ENCARGOS SETORIAIS E INCORPORAÇÃO DE REDES

22.1. Encargos setoriais

2024	2023	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	1.853	6.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ^{(2) a (3)}	644	-
Ministério de Minas e Energia - MME ^{(1) a (3)}	322	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	740	3.377
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	16.497	13.448
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	18.789	21.368
Total	38.845	44.922
Circulante	20.331	20.331
Não circulante	18.514	13.126

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada programa está definida pelos seguintes valores: P&D - R\$ 14.948,00 em 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Sell.

Além da Lei nº 14.201/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - "Outros créditos" - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que não foram em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão. ⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo a receber, em decorrência da redução de percentuais aplicados em P&D, em favor da modalidade tarifária. Destes, o saldo a receber em decorrência da redução de percentuais aplicados em P&D, em favor da modalidade tarifária, conforme o Parecer nº 03316/2022/PFANEEL/PGE/AGU. **22.2. Incorporação de redes:** Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras de infraestrutura de extensão de rede, em substituição ou em complemento à contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadram em critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam da concessão de rede mediante participação financeira do interessado. Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

2024	2023	
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	255	169
Adição no exercício	346	131
Atualização monetária e juros	(529)	(83)
Pagamentos	(529)	(83)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	204	255

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEL, FISCAL, REGULATÓRIO E AMBIENTAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental. **23.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável e perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

Trabalhista	Cível	Regulatório	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	7.653	7.398	-	15.051
Provisões e reversões líquidas	3.995	4.817	552	9.364
Pagamentos realizados	(2.898)	(5.668)	(1.818)	(552)
Atualização monetária	969	(43)	-	926
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	9.719	6.504	-	16.223

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 114.620 (R\$105.404 em 2023) e estão relacionados a processos administrativos e judiciais. **Trabalhista:** As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes características: (i) pedidos de horas extras/reflexos; (ii) adicional de periculosidade; e (iii) sobreaviso, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que as prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; e (ix) ações de regresso. **23.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	12.777	27.344	67.839	3.905	13.111.878	124.423
Novos processos	836	7.531	39.895	-	48.262	2.958
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(6.497)	40.974	13.850	(3.590)	-	44.737
Encerramento	(1.323)	(13.340)	(3.067)	-	(6.730)	(3.017)
Atualização monetária	1.078	2.172	4.437	1.821	11.270	1.355
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	6.871	25.681	126.954	497	14.210.017	111.878

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhista:** As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos e (ii) adicional de periculosidade. **Cível:** As ações envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que as prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; (ix) ações de regresso; e (x) utilização de faixa de domínio. **Principal processo:**

Processo	Tipo	Objeto	2024	2023
1019659-89/2020.8.26.0482	Ação Declaratória	Ação ajuizada pela concessionária de rodovia com objetivo de cobrança de anuidade pelo uso e ocupação da faixa de domínio de rodovias. Além do pedido de reconhecimento da legalidade da cobrança, a Fernão Dias pleiteia o pagamento retroativo da ocupação. Pela distribuidora, entendemos que a cobrança é ilegal, por se tratar de ocupação de bem público (rodovias), com finalidade de prestação de serviço público (fornecimento de energia).	51.644	1.235

Fiscal: As ações de natureza tributária referem-se, basicamente, a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à subclasse Baixa Renda (ICMS na origem de fevereiro de 2006 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização; e (iii) saldo negativo de IRPJ/CSLL.

Processo	Tipo	Objeto	2024	2023
4.034.268-2	Auto de infração	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da sub-classe baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva)	31.710	28.575
4140.041-0	Auto de infração	Auto de infração lavrado em razão do suposto crédito em nome de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pelo aquisição de bens irregulares dos do Ativo Imobilizado (COP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes.	23.892	-

Regulatório: Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações. **Ambiental:** Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. OUTROS PASSIVOS

2024	2023	
Salários a pagar	9.532	7.728
Participações de empregados e administradores	1.346	1.201
Outros benefícios a contratados	156	2.126
Prêmio de seguros	446	431
Retenção de caução contratual empreiteiras	11.818	8.918
Créditos de consumidores	296	299
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽¹⁾	1.551	1.551
Taxas - Faturamento	214	247
Repasse - Doação	51.559	1.130
Outras contas a pagar ⁽²⁾	77.189	23.911
Total	92.965	23.066
Circulante	34.324	847
Não Circulante	58.641	22.219

⁽¹⁾ Programa de Incentivo de Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia; ⁽²⁾ Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 2023), representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2023) todas nominativas e sem valor nominal. **25.2. Reserva de capital:** Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$1.838 (R\$1.856 em 2023), vide nota explicativa nº 11. **25.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **25.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$58.483 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Ordinária e Extraordinária. **25.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

2024	2023	
Total disponível	2024	2023
Lucro líquido do exercício	147.814	138.628
Dividendos prescritos	252	(5.091)
Reserva legal (5%)	140.672	131.697
Lucro líquido ajustado	35.169	32.924
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	39.644	-
Valores pagos em 23 de julho de 2024 - R\$406,377245654 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	43.017
Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$442,964356001 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	-
Valores pagos em 22 de novembro de 2024 - R\$439,89966 (Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R\$245,1159457) por ação ordinária ⁽¹⁾	42.728	23.843
Dividendos adicionais propostos - correspondência a R\$667,65580453497 em 2023 por ação ordinária ⁽²⁾	-	64.837
Total disponível	82.192	131.697
% sobre o lucro líquido ajustado	58%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 01 de julho e 07 de novembro de 2024, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2024, respectivamente. ⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil e que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **25.6. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefícios a empregados, liquidação de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros Resultados Abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

2024	2023	
Saldo em 2023 e 2022	(17.049)	(13.686)
Ganhos e perdas atuais - benefícios por emprego	(5.375)	1.733
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios por emprego	(6.672)	(17.049)
Saldo em 2024 e 2023	(6.672)	(17.049)

26. RECEITA OPERACIONAL

	2024			2023		
	Nº de Consumidores	MWh ⁽²⁾	RS	Nº de Consumidores	MWh ⁽²⁾	RS
Residencial	764.928	1.707.402	1.378.012	747.933	1.598.008	1.227.405
Industrial	4.079	172.674	157.839	4.099	210.904	178.960
Comercial	64.817	572.880	520.142	65.942	609.859	514.816
Rural	41.628	295.267	212.717	43.276	275.171	191.445
Poder público	7.582	139.718	114.232	7.489	125.452	99.754
Iluminação pública	762	147.940	70.441	818	164.178	75.568
Serviço público	1.239	144.955	110.624	1.284	153.006	110.575
Consumo próprio	278	4.223	2.881	361	3.618	2.398
Subtotal	885.303	3.185.059	2.563.807	871.022	3.140.196	2.398.523
Suprimento de energia a concessionárias	-	-	194.407	-	-	255.968
Fornecimento não faturado líquido	-	-	3.330	-	-	31.297
Descontos do sistema de transmissão e de distribuição	704	-	446.234	421	-	420.471
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	263.842	-	-	255.350
Depreciação de ativos regulatórios	-	-	(13.967)	-	-	(12.747)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	11.943	-	-	8.319
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	3.890	-	-	22.365
Subvenções vinculadas ao serviço	-	-	191.955	-	-	139.720
Outras receitas operacionais	-	-	61.954	-	-	63.075
Total - receita operacional bruta	886.007	3.382.796	3.547.745	871.443	3.427.461	3.363.559
Debitos da receita operacional						
ICMS	-	-	521.341	-	-	471.526
PIS</						

>>>

GRUPO energisa 12

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas nas notas explicativas nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é necessário monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A marcação a Mercado (MM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa IFR e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. **32.4. Análise de sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado a **Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
			Provisão ⁽¹⁾	Impacto	Provisão ⁽¹⁾	Impacto
Dívida Moeda Estrangeira (408.682)			(312.141)	(400.321)	(488.501)	(688.501)
Variação da Dívida Swap Cambial			96.541	8.361	79.819	79.819
Posição Ativa						
Instrumentos Financeiros Derivativos	449.262	Alta Câmbio	352.721	440.901	529.081	529.081
Posição Passiva						
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(426.267)		(426.267)	(426.267)	(426.267)	(426.267)
Subtotal	27.995		14.634	102.814	102.814	102.814
Total Líquido (385.687)			(385.687)	(385.687)	(385.687)	(385.687)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários de curva de câmbio é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável" calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativo seria de R\$385.687 em ambos os casos. **b) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
			Provisão ⁽¹⁾	Impacto	Provisão ⁽¹⁾	Impacto
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros Swap de Juros (114.649)			(114.649)	(114.649)	(114.649)	(114.649)
Posição Ativa						
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré Derivativos	134.094		134.094	134.094	134.094	134.094
Posição Passiva						
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(119.951)		(119.951)	(132.075)	(144.004)	(144.004)
Subtotal	14.143		14.143	(24.053)	(9.910)	(9.910)
Total Líquido (100.506)			(100.506)	(112.630)	(124.559)	(124.559)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido, e que os respectivos indicadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Deterioração de 25%)		Cenário II (Deterioração de 50%)	
			Provisão ⁽¹⁾	Impacto	Provisão ⁽¹⁾	Impacto
Instrumentos financeiros ativos:						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	405.102	Alta CDI	60.765	75.956	91.148	91.148
Instrumentos financeiros passivos:						
Swap	(426.267)	Alta CDI	(63.940)	(79.925)	(95.910)	(95.910)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(527.294)	Alta CDI	(79.094)	(98.868)	(118.641)	(118.641)
	(689.631)	Alta IPCA	(33.309)	(41.636)	(49.964)	(49.964)
	(13.556)	Alta INPC	(647)	(971)	(971)	(971)
Subtotal (2)	(1.656.748)		(176.990)	(221.238)	(265.486)	(265.486)
Total (3)	(1.251.646)		(116.225)	(145.282)	(174.338)	(174.338)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do IBCEN, datada de 31 de dezembro de 2024, IPCA 4,83% ao ano, INPC 4,77% ao ano; ⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$23.050.

33. OPERAÇÕES PÓS-EMPREGO

33.1. Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e plano de saúde:

Total	Plano de Saúde		Plano de Aposentadoria	
	Plano de Saúde	Plano de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano de Aposentadoria
Total	23.644	2.689	10.867	13.556
Circulante	3.098	1.746	1.981	1.944
Benefícios pós-emprego	20.546	9.121	2.491	11.612
Subtotal	23.644	2.689	10.867	13.556

33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de planos de benefício previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para beneficiários de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definido. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1)/IAS 19. A administração desses planos é realizada por meio da Engispar - Fundação Energia de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída com fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretária de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são:

Plano	Modalidade	Data	Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	Fechado	01/08/1986	Assigura benefícios suplementares: - Aposentadoria por tempo de serviço/idade; - Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e aposentadoria especial; - Abono anual; - Pensão por morte e pecúlio por morte
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	- Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; - Pecúlio por Invalidez ou Morte; - Suplementação da aposentadoria por invalidez; - Suplementação do auxílio-doença; - Abono Anual
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	- Suplementação da pensão por morte; - Pecúlio por morte; - Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; - Complementação de aposentadoria por idade; - Complementação de aposentadoria por invalidez
Plano Energia Sudeste	CV	Fechado	01/07/1981	- Complementação de pensão por morte; - Complementação de abono anual; - Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por Morte
Plano Energia CD	CD	Aberto	07/04/2017	- Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte

O custeio do plano de Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. Atualmente apenas o Plano Energia CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

Ativos	2024		2023	
	Ativos	Beneficiários	Ativos	Beneficiários
Ativos	971	924	971	924
Autopatrocinados	3	2	3	2
Benefício Proporcional Diferido - BPD	21	13	21	13
Assistidos	256	233	256	233
Total	1.251	1.172	1.251	1.172

33.2.1. Situação financeira dos planos de beneficiários definido - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2024, os seguintes critérios requeridos pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação: **a. Número de participantes/beneficiários:**

Ativos	2024		2023	
	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD
Ativos	15	15	15	15
Aposentados	61	49	49	13
Beneficiários pensionistas	60	5	40	2
Total	121	23	89	15

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

Ativos	2024		2023	
	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD
Ativos	15	15	15	15
Aposentados	61	49	49	13
Beneficiários pensionistas	60	5	40	2
Total	121	23	89	15

33.2.2. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

Ativos	2024		2023	
	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	ELÉTRICAS BD
Ativos	15	15	15	15
Aposentados	61	49	49	13
Beneficiários pensionistas	60	5	40	2
Total	121	23	89	15

35. MEIO AMBIENTE⁽¹⁾

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: **1. Cruzetas:** a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno de fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2024, foram utilizadas 17.113 (13.607 em 2023) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 9.316 peças no montante de R\$ 1.615 (1.557 em 2023, no valor de R\$ 298) e em expansão de rede e valor de R\$ 1.233 (R\$ 2.312 em 2023) para 7.797 peças (12.050 peças em 2023). **2. Redes Isoladas/Protegidas:** são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2024, foram acrescidos 712 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta (1.568,14 km em 2023), correspondendo a 21,29% de redes protegidas e isoladas (19,26% em 2023). Até o mês de dezembro de 2024 total investido em redes isoladas/compactas foi de R\$ 3.482 (R\$ 4.663 em 2023). **3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos,** em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se a coleta seletiva, o recolhimento, descarte e destinação correta dos papéis e papéis, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2024 os papéis e papéis foram destinados a reciclagem, com peso aproximado de 179.447 kg (49.914 kg em 2023). Quanto aos resíduos perigosos e EPIs o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 86 (R\$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis". Em 2024 não houve investimento de R\$ 20 com a compra de lixeiras (R\$ 9 em 2023). **4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal** para a operação confiável e devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,

>>>

GRUPO
energisa120

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.282.377/0001-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia. Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais: Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não

estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>